

A FALA DO EDUCADOR: GÊNERO E SEXUALIDADE SOB UMA NOVA ÓTICA SOCIAL

Lílian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa; Brenno Fidalgo de Paiva Gomes; Rafael Gomes da Silva Carneiro

Universidade Federal do Piauí – UFPI (gabriellaufpi@outlook.com.br)

Resumo

O presente trabalho, enquanto parte de uma pesquisa em andamento traz a necessidade de abordar o gênero e a sexualidade no cenário escolar, considerando para tal questão, o discurso contemporâneo promovido pelos professores, que inseridos nesse contexto ocupam uma função carregada de significados. Além de estarem em contato direto com um público tão singular, como a juventude, atuando na construção sob o olhar dos alunos, em relação às mudanças sociais, de valores e as transformações no espaço familiar decorrentes do tempo. Porém, este discurso ainda é silenciado, em face de uma exclusão, negação preconceituosa de certas instituições escolares, incapazes de aceitar a diversidade sexual, na esperança de trazer os estudantes para a *heteronormatividade*, para demonstrar, que as categorias distintas do que é identificado pelo padrão, são rejeitadas e marginalizadas por manifestar uma auto expressão. No entanto, a escola, como campo de heterogeneidade, deveria estar capacitada para lidar com distintos universos identitários

PALAVRA-CHAVE: Professores, Cenário escolar, Diversidade sexual, Exclusão.

INTRODUÇÃO

Decidir sobre a temática que se quer trabalhar, é fundamental para o sucesso, principalmente para manter o entusiasmo até o final do trabalho, no entanto, a nossa primeira dificuldade após criar nosso grupo de trabalho, foi descobrir o interesse em comum por alguma temática e, principalmente que nos mantivesse fascinados pelo conteúdo, mesmo sabendo que haveria dificuldades para conciliar, em razão de nossas ocupações acadêmicas.

Buscando através de nossas áreas de formação, decidimos nos lançar em um universo de possibilidades, à procura de um tema que fosse distante do que propomos para o nossos estudos particulares, e durante nossas participações em inúmeros eventos, às várias pesquisas em artigos, livros, e os aproveitamentos dos materiais das disciplinas, nos deparamos com um novo objeto, iluminado pelas condições atuais, completamente distintos do que já havíamos imaginados, mas, instigante, porque o desconhecido é provocativo, e no intuito de compreender, aprofundar e esclarecer, seguimos no trajeto pela dimensão da *“Fala do (a) educador (a) a despeito das questões de gênero e da sexualidade a partir de um novo modelo social”*.

Guiando-nos por uma sequência de pensamentos inquietantes, a vontade de trazer uma maior conscientização para a relação professor-aluno homossexual a fim de superar as posturas homofóbicas foi emergindo a cada leitura, neste sentido, objetivando estimular tais discussões no espaço escolar, já que este ambiente é reconhecidamente considerado um lugar de aprendizado, de conhecimento, e com fortes presenças de distintos universos identitários. E os professores, independentes de concordar ou não, com a diversidade de gênero, como profissionais, construtores comportamentais dos alunos, devem quebrar qualquer tipo de preconceito padronizado na sociedade e ensina-los a respeitar a diversidade.

Um ponto que deve ser respaldado, no que concerne ao assunto da diversidade sexual ser abordado na escola, segundo os autores José Guilherme de Oliveira Santos e Mônica Pereira dos Santos (2012) este não é um tema debatido com frequência, pelo contrário, é uma nova condição, desafiadora preferencialmente para o educador em convivência diária com os alunos, observando suas falas e seus comportamentos.

Portanto, baseado em tal discussão, esta pesquisa visa analisar as opiniões dos professores e quanto às atitudes homofóbicas presenciadas na escola, e particularmente na sala de aula, e assim como debater a ineficiência da escola em se apresentar como um ambiente social.

Enlaçando teorias...

Este artigo consiste em uma pesquisa concluída, do qual visa discutir as questões de gênero e sexualidade sob a perspectiva dos educadores. A princípio, partiremos para o entendimento dos principais fundamentos tidos como capazes para estabelecer o respeito aos direitos individuais quanto sociais. Em 1988, foi promulgada a Constituição Cidadã¹, com o objetivo de assegurar direitos tanto coletivos quanto individuais, e fortalecidos por uma sociedade que dispõe dos supremos valores. Destaco para questão em debate, as seguintes leis: o artigo 1º, Inciso III: A dignidade da pessoa humana; o artigo 3º, Inciso I: Construir uma sociedade livre, justa e solidária; Inciso IV: Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e por fim, o artigo 5º, seguido por todos os termos: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

¹ Baseado no arquivo do Supremo Tribunal Federal, disponibilizado em: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>> Acesso em 16 de julho de 2017.

Indiscutivelmente “amparados” pela lei, percebemos que poderíamos dispor da garantia de liberdade, igualdade e a proteção para se auto expressar, porém, é necessário apresentar, que inúmeros são os meios de exclusão em todos os segmentos, os ataques físicos, verbais, e até mesmo sexuais aos indivíduos homossexuais dentro dos espaços sociais, incluindo principalmente o ambiente escolar. Repensando o questionamento da pesquisadora Miriam Abramovay (2008) “quais são as obrigações da escola”? Reintero fazendo o seguinte questionamento: O modelo escolar em que as crianças e jovens estão integradas, respeita a diferenças e o espaço delas? Pois, deve-se compreender que o papel da escola não é somente “construir” cidadãos, e sim, formar futuros atores sociais para viverem suas experiências (RIZZATO, 2011).

A violência contra os homossexuais é sempre praticada por aqueles que se encaixam nos padrões da sociedade e consideram essas pessoas como desviantes, conforme é percebida nos argumentos da socióloga Miriam Abramovay durante a entrevista para o *IG último segundo*, e partindo de tal perspectiva, pensamos no autor Michel Foucault (1987: 06), quando este descreve o exercício da punição, “a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime (...), a mecânica exemplar da punição muda às engrenagens”. Literalmente aquilo que autoras Ana Flávia do Amaral Madureira e Ângela Uchoa Branco (2015) citam em seu artigo, “bater para curar”.

Segundo os autores Lorena Marinho Silva Aguiar e o Prof. Dr. Júlio Emílio Diniz-Pereira (2015: 03) *apud* Rogério Diniz Junqueira

De formas sutis e variadas, a homofobia faz parte de nossas rotinas diárias. Ela é consentida e ensinada nas nossas escolas. Está no livro didático, perpassa nossas concepções curriculares e as relações pedagógicas. Aparece na hora da chamada, nas brincadeiras e nas piadas (aparentemente “inofensivas” e até usadas como instrumento didático).

O fenômeno da violência dentro do espaço escolar são situações que se tornam cada vez mais comum de serem abordadas, logo, estas são práticas que ecoam para a sociedade, contribuindo para um comportamento machista e homofóbico, capaz de excluir o outro. Segundo a entrevista da pesquisadora e socióloga Miriam Abramovay para o *IG último segundo*², em 04 de novembro de 2013, a mesma afirma que possuir uma visão de funcionamento das escolas, e, portanto, estas não apresentam mais uma serventia para os jovens dessa geração. A escola não oferece condição para uma melhor abordagem com relação à diversidade sexual, não sabe lidar com as “brincadeiras” cercadas de insultos, do qual “muitas vezes, os professores não apenas silenciam, mas colaboram

² Disponível em: < <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-11-03/na-escola-a-homofobia-e-escondida-pela-tolerancia-mascarada-diz-pesquisadora.html>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

ativamente na reprodução de tal violência” (ABRAMOVAY, 2004: 278). Logo, as instituições escolares enquanto detentoras de uma ordem social apenas refletem as estruturas de pensamentos produzidos no dia-a-dia.

O papel do professor, enquanto formador de opinião, ao trabalhar o tema da sexualidade na escola, segundo o autor Ribeiro B. Silva (2007: 22) “não significa incentivar a prática sexual, mas sim resgatar valores para a vida e desenvolver a autoestima”, porém esta é uma condição que não foi tão bem compreendida e necessita um melhor preparo para se haver uma abordagem adequada, até mesmo para ingressar nos novos modelos de relação familiar. Os saberes em relação aos assuntos de sexualidade representam uma forma fundamental da construção social, porém, a aversão aos desviantes, aos que estão fora de um padrão de anormalidade são renegados, e empurrados para longe de uma hierarquia das sexualidades, garantindo a existência apenas dos “comportamentos femininos e masculinos” (BORRILLO apud RIZZATO, 2011: 04).

Segundo as autoras Ana Flávia do Amaral Madureira e Ângela Uchoa Branco (2015) existe uma grande barreira por parte dos professores quando o assunto é refletir acerca do gênero, pois dentro do universo escolar, esta é uma realidade cheia de empecilhos, porém, partindo para o lado acadêmico, as discussões são cada vez mais calorosas e alcançando altos patamares. Por outro lado, as discussões que poderiam ser levadas para o espaço da sala de aula, ainda são emudecidas, são práticas de negligência, no sentido de anular para não por em conscientização o outro. Conforme argumenta Guacira Lopes Louro (1997: 67-68):

[...] tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não-dito, aquilo que é silenciado – os sujeitos que não são, sejam porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não serem nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais – e da homossexualidade – pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda eliminá-los/as, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma”. A ignorância (chamada por alguns, de inocência) é vista como a mantenedora dos valores ou comportamentos “bons” e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legítimo da sala de aula acaba por confiná-los às gozações e aos insultos dos recreios e dos jogos, fazendo com que, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos.

Baseando-se nessa “omissão da consciência”, consideramos necessário antenar o leitor para tais informações, de acordo com a pesquisa de metodologia comparativa, realizada nos países: Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Peru e Colômbia pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais) disponibilizado pelo site digital *Folha de S. Paulo* em 21

de novembro de 2016, as agressões decorrentes nas escolas, são bem mais frequentes entre os jovens de faixa etária de 13 a 21, identificados nos seguintes tipos de orientação sexual: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, conforme se apresenta nos gráficos:

a) Verbalmente agredidos por causa da orientação sexual:

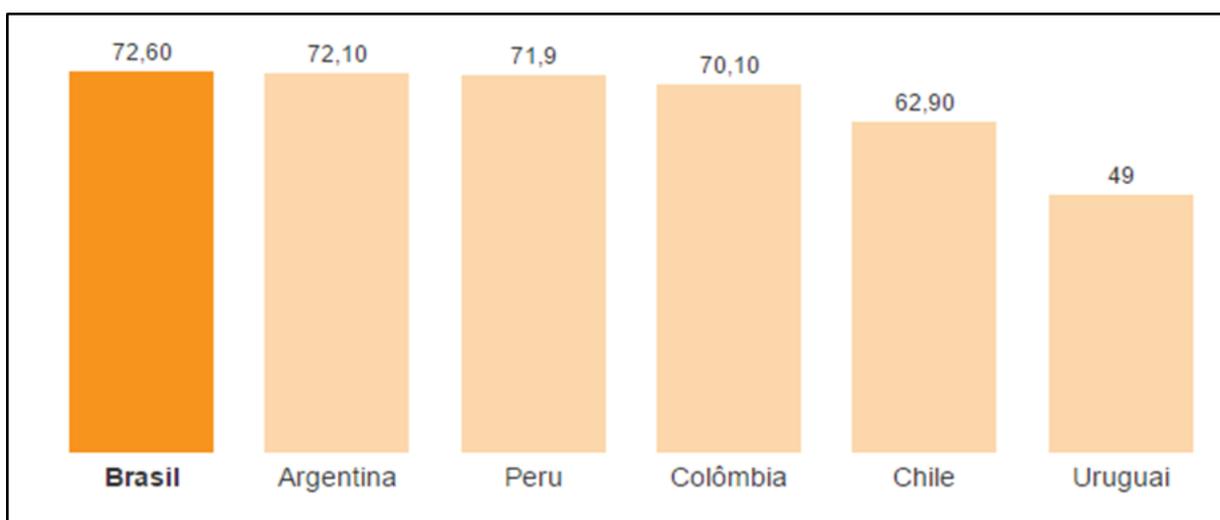


Tabela 1: Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-jovens-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em 09 de junho de 2017.

b) Agredidos fisicamente na escola por causa da forma como expressa o gênero:

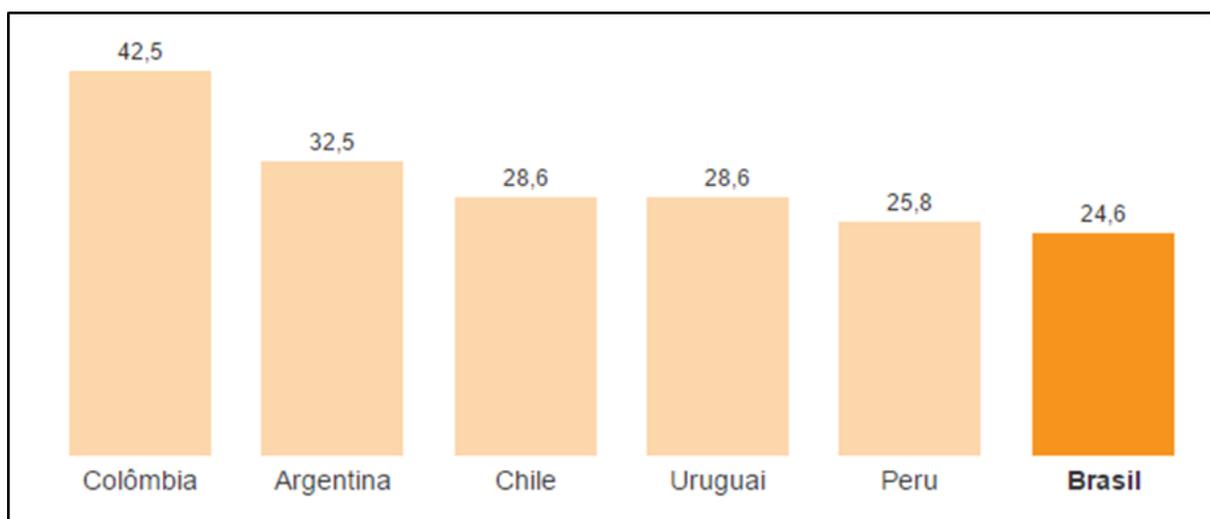


Tabela 2: Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-jovens-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em 09 de junho de 2017.

Para tanto, é fundamental enfatizar que o quinhão de culpa deve se atribuir primordialmente à ineficiência dos Parlamentares, após sancionar a lei proibindo a distribuição de qualquer tipo de material de manifestação de gênero, conseqüentemente apresentando maior imponência para as práticas machistas, para o que a pesquisadora Miriam Abramovay considera de “tolerância mascarada”, uma tolerância que exclui, que machuca, que destrói e mata o outro por ser diferente.

METODOLOGIA

Com o objetivo de obter um arcabouço teórico a fim de solidificar os questionamentos aqui referidos, buscamos empreender um levantamento bibliográfico para nos conduzir a uma conjuntura do trabalho. Para tal, buscamos fazer o uso das ferramentas disponíveis, desde sites que nos fornecessem dados verídicos e atualizados, informações e/ ou notícias, relatos, livros, artigos, periódicos para que nossa aquisição de conhecimentos fosse fortalecida e nos permitisse ter base para descrever o enredo teórico e prático acerca da discussão. Esta pesquisa tem por base os dados qualitativos, a partir da utilização de entrevistas estruturadas com os professores, o método em investigação de campo, observando e articulando com os atores sociais que participam do cenário em pesquisa.

Foram realizados com quatro professores, dois professores de duas escolas públicas, da rede estadual: Unidade Escolar Raimundo Araújo Prado e a Unidade Escolar Francisco das Chagas Lopes Soares, localizadas no município de Beditino – Piauí. Os entrevistados foi uma escolha aleatória. No entanto, a seleção destas duas escolas se deu em função de um dos componentes desta pesquisa ser membro do corpo docente da Escola Raimundo Araújo Prado o que facilitou no acesso aos professores, já a escola Francisco das Chagas Lopes Soares, foi escolhida por estar situada próxima a primeira escola, o que nos despertou para um fato fundamental, pois, tínhamos a oportunidade de analisar dados de escolas diferentes e alcançar um olhar mais sensibilizado.

DOMESTICANDO O OLHAR

Em razão da importância do olhar antropológico consideramos necessário elaborar este tópico, para discorrer de forma sucinta a nossa interpretação quanto à compreensão acerca do “outro”. A princípio, pudemos interpretar através das receptividades e nas experiências sociais

descritas uma enorme preocupação por parte dos quatro professores, e em alguns momentos durante a análise dos relatos o apoio da gestão quando há alguma abordagem em sala de aula no que diz respeito à homossexualidade, como forma de um trabalho de conscientização que necessita ser praticado com frequência.

EDUCADORES PENSANDO A HOMOFOBIA

As entrevistas estruturadas de cunho subjetivo foram realizadas como dito anteriormente, por quatro professores, dois trabalham com crianças, e os outros dois trabalham com pré-adolescentes. A busca por estes dados se dá em face da análise dos relatos dos professores em discussão sobre a homossexualidade e às atitudes homofóbicas presenciadas na escola, e particularmente na sala de aula a partir das experiências sociais vivenciadas por estes educadores. Segundo Liane Kelen Rizzato (2011) alicerçado aos estágios de vida dos mentores, pode-se compreender as mudanças de suas atitudes, dentro de uma perspectiva profissional para com os alunos. E em complemento de tal argumento, Dubet (1994) afirma que o desenvolvimento da personalidade do educador pode não ecoar para os seus trabalhos pedagógicos, mas se incorpora na direção do comportamento dos alunos. Em uma narrativa do entrevistado de codinome Manoel, é notório essa postura: “minha experiência como professor, a relação é de observação, o professor domina sua sala, na questão de comportamento essa é uma relação de respeito com o aluno”.

Diante de tal conjuntura, ainda em concordância com Rizzato (2011), a autora aponta que os indivíduos de modo obrigatório edificam suas próprias práticas, em razão de não haver uma definição certa de como deve se exercer seus papéis em sociedade. “Eles devem produzir, eles mesmos, o sentido de sua ação, suas motivações, suas identidades já que a sociedade é cada vez mais fluida, móvel, não programando a totalidade dos comportamentos” (RIZZOTO, 2011: 07). No relato concedido pela entrevistada de codinome Francisca, essa realidade é bem explícita, ao ser questionada sobre a sua opinião em relação à homossexualidade, a mesma afirma:

“Aprendo por influência dos outros, pois não consigo mais aprofundar essa questão. A partir do instante que eu percebo que homossexualidade não é doença, eu devo abrir o diálogo para o respeito. Devo me aprofundar com os alunos sobre o assunto e isso é importante que saibam. A escola é uma extensão do lar. Devemos ser orientadores, não fazer com que alguém se direcione para uma determinada sexualidade, mas que se demonstrem as

múltiplas formas de vivência. A orientação é diferente de opinião. A criança aprende com o tempo, e é uma questão de descoberta”.

Essas reflexões servem para reafirmar o que os autores vêm defendendo, é necessário ter em mente que a construção da experiência social não necessita somente da subjetivação, mas das conjunturas externas no papel de intercessora dessa construção em partilha com o outro para o efeito de reconhecimento.

O outro fator descrito no questionário pelos professores foi sobre as situações que envolviam caso de homossexualismo e a reação dos colegas. No relato descritivo concedido pela professora de codinome Lidiane, a mesma informa:

“Havia um aluno de 1º ano, ele se dava bem com as meninas, mas nunca intervir. Os alunos questionavam: “porque o Alisson só quer brincar de boneca?” Mas ainda não há uma opinião definida sobre o que ele é. Então, preparei então uma aula pra discutir sobre gênero em sala.”

Já na perspectiva do informante Manoel, “o professor não é obrigado a relacionar-se com os alunos para esclarecer sobre a sexualidade, eles devem apenas ressaltar o respeito com a diferença.” Conforme ressalta a socióloga Miriam Abramovay, a escola, apesar de ser um ambiente de formação, não dispõe da abordagem para lidar com a homossexualidade e com o preconceito que está imbricado nas “brincadeiras”, que frequentemente os professores ignora, ou se calam para evitar a opinar. Como incentivar o respeito, quando o professor se anula para o debate?

Para enfatizar essa reflexão a pesquisadora da UNESCO, Mary Garcia Castro (2005) lança alertas para os professores (as) para que estes busquem realizar debates de conscientização, a diversidade não pode ser discutida apenas em datas comemorativas, como forma de relembrar a sociedade, mas tem que haver debates todos os dias para que haja avanço do cultivo ao novo, para a afirmação e o reconhecimento da identidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventudes e sexualidade** / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO, 2004.

AGUIAR, Lorena Marinho Silva; DINIZ – PEREIRA, Júlio Emílio. **Um olhar sobre as práticas pedagógicas que transgridem estereótipos de gênero no município de Belo Horizonte – MG**. In IV SIES – Simpósio Internacional de Educação Sexual: Feminismo, identidades de gêneros e políticas públicas. UEM, 2015. Disponível em: < <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/656.pdf>>. Acesso em 03 de maio de 2017.

CASTRO, M.G., **Gênero e Raça: desafios à escola**. In: SANTANA, M.O. (Org) Lei 10.639/03 – educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental. Pasta de Texto da Professora e do Professor. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p

FREITAS, José Guilherme de Oliveiras; SANTOS, Mônica Pereira dos. **Discutindo com os professores sobre a diversidade sexual na escola: Um projeto de pós-doutoramento**. Faculdade de Educação da UFRJ, 2012. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dTvV_UbJPPIJ:https://www.fe.ufg.br/ned_esc/cmV/control/DocumentoControle.php%3Foper%3Ddownload%26cod%3D1873+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 15 de julho de 2017.

DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Plaget, 1994.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as**. Temas psicol. vol.23 no.3 Ribeirão Preto set. 2015. Disponível na fonte: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300005>. Acesso em 12 de junho de 2017.

RIZZATO, Liane Kelen. **Professoras e a homofobia na escola: as experiências sociais construídas em gênero e sexualidade**. II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL – II SIES: Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares. Maringá – PR, 2011.

SILVA, B. RIBEIRO, P.R.C.; **Sexualidade no ensino de ciências: a revista Capricho enquanto um artefato cultural na sala de aula**. Disponível a fonte: <http://www.foco.fae.ufmg.br/viienpec/index.php/enpec/viienpec/paper/viewFile/1230/3_6_A> . Acesso em 19 de maio de 2017.